

UNIVERSIDADE FEDERALE DO RIO DE JANEIRO
NATHÁLIA MARTINS LINO

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
Inserção externa passiva e Efeito China

RIO DE JANEIRO
2018

NATHÁLIA MARTINS LINO

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
Inserção externa passiva e Efeito China

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Econômicas
da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito
para obtenção do título de bacharel em economia.

Orientador: Professor Eduardo Costa Pinto

RIO DE JANEIRO

2018

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	TESES SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	6
2.1	A importância da indústria no desenvolvimento.....	6
2.2	Desindustrialização clássica ou natural.....	7
2.3	Desindustrialização precoce.....	9
2.4	Doença holandesa.....	10
2.5	Desindustrialização no Brasil.....	12
3	MODELO LIBERAL PERIFÉRICO COMO CAUSA PARA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	21
3.1	Retrospectiva histórica da economia política no Brasil.....	22
3.2	O padrão de inserção do Brasil no capitalismo financeirizado.....	24
4	INFLUÊNCIAS DO EFEITO CHINA SOBRE INDÚSTRIAS BRASILEIRAS.....	28
4.1	Complementaridade.....	30
4.2	Competitividade.....	34
5	CONCLUSÃO.....	38
6	BIBLIOGRAFIA.....	40

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido acerca do atual processo de desindustrialização brasileiro e as causas que levaram o país à tal ponto. Esta monografia tem, então, por objetivo principal analisar as causas desse fenômeno, levando em conta a inserção externa brasileira no contexto do Modelo Liberal Periférico, em conjunto com as políticas econômicas que foram adotadas em nome desse novo padrão, e os impactos do Efeito China, particularmente a partir da recessão mundial de 2008. Dessa forma, primeiramente, serão apresentadas as duas teorias de desenvolvimento acerca do assunto: se a perda de participação da indústria no PIB e emprego decorrem de uma etapa pertencente ao desenvolvimento natural capitalista, onde o setor secundário dá lugar gradativamente ao terciário, em vista da expansão da urbanização e consequente mudança nos níveis de elasticidade renda da demanda por produtos industrializados; ou, como em muitos casos da periferia, essas perdas são uma evolução mascarada pela informalidade e pelas sobrevalorizações das taxas de câmbio, uma vez que não se alcançaram ainda níveis de renda per capita suficientemente altos.

Além disso, será apresentado um breve histórico da desindustrialização no Brasil, bem como as conclusões a que diversos economistas chegaram a respeito das causas que levaram o país ao atual estado, ressaltando seus pontos de divergência e convergência. Nesse mesmo capítulo apareceram as definições iniciais e atualizadas do conceito de doença holandesa, bem como os autores que associam os sintomas apresentados pelo Brasil à tal falha de mercado para explicar como o abandono de políticas industriais efetivas se relacionam à recente perda de importância do setor secundário no PIB.

Na quarta parte do trabalho (a contar esta introdução) encontrar-se-á a tese do Modelo Liberal Periférico, amplamente aceita e estudada para justificar a recente situação de dependência e subordinação da economia brasileira no comércio internacional, apresentando os motivos pelos quais nossa desindustrialização não mostra um cenário positivo de crescimento. Nesse sentido, cabe ressaltar o retorno a um padrão de inserção do país enquanto economia agroexportadora, altamente vulnerável às variações nas movimentações do capital internacional a medida que se perde em variabilidade da pauta exportadora. Isso nos remete à década de 90, período em que as medidas liberais se espalharam pelo mundo, desregulamentando contas capitais e forçando economias emergentes a buscarem abusivas taxas de juros para atraírem ativos e manterem favoráveis influxos financeiros. Visto isso, muitos trabalhos colocam a posição do Brasil no mercado internacional como peça chave para entender os desdobramentos das políticas internas e como se abandonou o projeto de um

crescimento voltado para dentro para um voltado para fora no início do século XXI.

Muitos fatores aparecem para explicar a diferença de desenvolvimento seguida pelo Brasil e demais países latino-americanos no final do século XX com relação ao conquistado pela China. Por isso, a quinta parte está destinada à China e como ela conseguiu alterar a natureza de suas exportações para o Brasil, desde a crise de 2008 principalmente (quando EUA abre caminho para o crescimento extraordinário chinês aparecer), alterando o caminho de expansão e consolidação das indústrias brasileiras; seja por meio do efeito demanda que pressionou pra cima o preço de bens primários, os quais conferem vantagens comparativas ao país latino-americano, seja por meio da pressão competitiva imposta às manufaturas brasileiras nos mercados terceiros e doméstico.

As políticas econômicas e de desenvolvimento chinesas impactaram diretamente os rumos dessa relação e concretizaram o papel da economia brasileira no cenário internacional como exportador de bens primários (devido ao superciclo de preços de commodities nos anos 2000) e importador de bens de consumo de maior valor agregado (devido ao elevado grau de competitividade dos preços de produtos chineses). Por fim, discutirei então os desdobramentos dessas relações comerciais e o quanto isso afeta (qualitativamente) nossas decisões internas de investimento em indústria, agravando a perda de relevância relativa desse setor no PIB.

A última sessão, portanto, conterà algumas breves considerações finais e pessoais a respeito da natureza da perda de participação relativa da indústria de transformação brasileira no PIB e no emprego, assim como dos ganhos recentes do setor primário nos mesmos, no período do boom das commodities no mercado internacional. Diante disso, o presente trabalho, apesar de reconhecer que alguns economistas não consideram que a desindustrialização seja uma realidade do país, não tratará de tal debate ao longo do desenvolvimento. Buscar-se-á, assim, concluir quais as principais causas do duplo processo de reprimarização e desindustrialização da pauta exportadora nacional, bem como os equívocos nas políticas econômicas adotadas nas últimas décadas que permitiram um cenário como esse, apesar do aquecimento do consumo interno e das melhoras nos termos de troca nacionais.

2. TESES SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Há duas definições amplamente aceitas na literatura econômica sobre os motivos que levam um país a se desindustrializar, podendo esse ser um processo natural (etapa esperada do desenvolvimento econômico) ou precoce (atingida antes do país alcançar um nível satisfatório de renda per capita). Entende-se, pois, que o primeiro caso trata de uma decorrência necessária do crescimento econômico com o avanço da urbanização, enquanto o segundo representa um retrocesso para países em desenvolvimento, uma vez que limita suas indústrias de transformação e a melhora em suas produtividades. Sob tal perspectiva, o presente capítulo tem por objetivo, primeiramente, determinar a importância do setor secundário para a sustentação do desenvolvimento no longo prazo e, em seguida, analisar as características que configuram uma desindustrialização natural e as que se encaixam em um modelo de reprimarização da pauta exportadora.

Além disso, cabe destacar que muitos modelos neoclássicos não fazem distinção entre os setores produtivos na interpretação do progresso tecnológico; ou seja, uma unidade de valor adicionado pode pertencer à indústria, aos serviços, ou mesmo à agricultura, que não alterará a qualidade do crescimento de longo prazo. Nesses casos, o fato de haver ou não desindustrialização é pouco relevante para a análise do desenvolvimento. Dessa forma, nos ateremos a correntes heterodoxas, principalmente.

2.1 A importância da indústria no desenvolvimento

Em uma primeira análise, faz-se necessário apontar os motivos que explicam por que esses autores consideram a indústria essencial ao crescimento sustentável de longo prazo em países em desenvolvimento. Tregenna (2009) e Thirwall (2002), conforme citado por Oreiro e Feijó (2010), apresentam quatro argumentos importantes: a Lei de Kaldor-Verdoorn, segundo a qual a produtividade da indústria é sempre uma função crescente da produção industrial, garantindo economias estáticas e dinâmicas de escala e aumentando sua capacidade de gerar emprego; os efeitos mais intensos de encadeamento para trás (demanda por insumos) e para frente (redução de custos) conforme cresce a produção no setor secundário, quando comparados aos efeitos em outros setores; a maior elasticidade renda da demanda por importados manufaturados do que a de commodities – reduzindo os problemas de restrição no balanço de pagamentos que podem surgir ao longo do desenvolvimento –; e o fato de considerarem a indústria como o principal difusor de progresso tecnológico para os demais setores, gerando externalidades que induzem uma melhora na produtividade de setores menos

dinâmicos. Como visto, isso se aplicaria nos estágios iniciais do desenvolvimento de uma nação, de modo que, com o avanço da industrialização, tais características se reduziriam e os níveis de produtividade tenderiam ao equilíbrio entre os setores – mas os avanços tecnológicos continuariam tendo sua principal origem na indústria.

Somado a isso, como ilustração do importante papel de manufaturados nas exportações, o autor Bresser-Pereira e Theuer (2012) confere às políticas que estimularam a eficiência produtiva e diversificaram nossa pauta exportadora com concomitante aumento da participação de manufaturados na mesma o sucesso do desempenho das exportações brasileiras nas décadas de 1965-75 e 1975-85. Segundo eles, a melhora nas exportações de manufaturados pode ter dois efeitos sobre o desenvolvimento do país: estimular a produção do setor a partir da crescente demanda, impactando positivamente a produtividade e a renda per capita da economia como um todo, além de induzir investimentos na indústria que aprimorem o processo produtivo, em virtude da pressão competitiva externa. Por essa razão, eles defendem que as dificuldades que nosso setor secundário tem enfrentado se devem, mais do que a fatores conjunturais internos e externos, ao abandono de estratégias de estímulo à exportação de manufaturados e políticas econômicas e industriais eficientes, posto que isso prejudicou a competitividade dos países emergentes no comércio mundial que impediu um melhor desempenho dos PIBs reais.

2.2 Desindustrialização clássica ou natural

Partamos agora para a compreensão dos distintos conceitos sobre desindustrialização e como os autores aqui estudados se posicionam em relação a eles. O debate sobre a perda de participação do emprego industrial já se fazia presente antes mesmo disso se tornar uma realidade e Clark (1957), de acordo com Silva (2014), apresentou tais previsões a partir de duas principais mudanças que poderiam ocorrer em uma economia pós-industrial; a saber: o crescimento da renda per capita, em conjunto com o crescimento de produtividade da indústria, pressionariam os níveis de elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados (maior do que 1 para países com níveis baixos e médios de renda per capita; e ligeiramente menor do que 1, para países com níveis elevados de renda per capita), explicando ganhos relativos de participação dos serviços, e o aumento na produtividade do setor secundário reduziria ainda a demanda por trabalhadores no mesmo, em função da introdução de técnicas poupadoras de mão de obra. Rowthorn e Wells (1987), também mencionado em Silva (2014), vai acrescentar ainda o fato dos incrementos na produtividade

do trabalho industrial tenderem a ser maiores que os do setor terciário como explicação para a queda relativa na mão de obra industrial.

Nesse sentido, o esperado em um processo de desenvolvimento econômico planejado é que a modernização do campo permita a liberação de um exército de trabalhadores, os quais se deslocam do campo para as cidades e são absorvidos pelo setor secundário, intensificando a urbanização e, conseqüentemente, a produtividade das indústrias nascentes. Assim, entende-se que, durante a industrialização, a elasticidade renda da demanda por alimentos diminui e a por manufaturados aumenta à medida que a renda per capita cresce. Quando, então, as indústrias alcançam certo nível de maturidade, há uma nova realocação de trabalhadores, (mas, agora, na direção do setor terciário), posto que passou a ser possível reduzir o emprego de um setor, sem afetar sua produção, alcançando-se taxas de lucro extraordinárias. Seguindo ainda essa lógica, defendia-se que o mercado seria capaz de realocar de maneira eficiente os excessos de mão de obra que fossem surgindo nas etapas de crescimento, mantendo baixas as pressões sociais sobre as taxas de desemprego.

Faz-se importante destacar aqui que a desindustrialização até então discutida se dá em termos de emprego e não de produto, visto que não há consideráveis alterações na composição do PIB em economias avançadas que reduzem participação no emprego industrial, pois o efeito está atrelado a um ganho de produtividade do setor. Assim, para Oreiro & Feijó (2010), a desindustrialização não constitui necessariamente um fenômeno indesejável, já que nem sempre representa uma restrição ao crescimento econômico de longo prazo, mas uma alteração na distribuição do emprego entre setores. Essa é inclusive uma das críticas que se faz à simplificação do tema em alguns autores, quando esses omitem as mudanças estruturais do PIB para destacar apenas a questão do emprego, sem se preocupar com a qualidade do processo ou com a relevância do setor para o crescimento econômico. Isso fica evidente a partir do trabalho de Tregenna (2011), presente em Silva e Lourenço (2014), que concluiu que a redução do emprego industrial foi acompanhada por uma queda da participação da produção industrial no PIB em pelo menos 17 países, dos 28 analisados; destoando dos autores citados anteriormente.

Dessa forma, é relevante conceituar a desindustrialização também como redução da participação da produção industrial no valor adicionado, apesar de se reconhecer que alterações nos níveis de emprego são mais facilmente sentidas socialmente (como ocorreu nas economias avançadas durante a década de 80). Tal análise se faz necessária na medida em que o crescimento da produção industrial pode estimular ganhos com a demanda por mais insumos no encadeamento para trás mais fortes do que os demais setores, bem como reduzir

custos para setores com encadeamento para frente, ainda que o nível de emprego industrial esteja decrescendo – mais que compensando essas perdas.

Segundo Tregenna (2009), retirado de Silva e Lourenço (2014), a ilusão estatística da desindustrialização, por vezes, está relacionada ao fato de grande parte das atividades de serviços serem intensivas em mão de obra quando comparadas à indústria, apresentando uma redução do emprego industrial maior que a da produção industrial. Porém, no caso da elasticidade renda da demanda como fonte de desindustrialização, a redução do gasto com produtos manufaturados afetaria mais a produção industrial do que o emprego. Nesse sentido, infere-se que, se a queda do emprego se deve à redução da intensidade do trabalho no setor manufatureiro, devido ao aumento da produtividade, este poderá aumentar sua participação no PIB, de modo que os efeitos negativos sobre o crescimento são superados. Ao contrário, se o declínio no emprego industrial se deve à queda da produção no setor manufatureiro, este estará encolhendo em termos reais, isto é, perdendo participação no PIB, e o efeito negativo da redução do emprego sobre o crescimento será intensificado pelo efeito da queda na produção.

Outro ponto que reforçou a tendência de perda de participação da indústria mundial no PIB, conforme ressaltado por Almeida (2012a), foi o agravamento da crise financeira internacional em 2009, a qual pressionou para baixo os preços de manufaturados após o aumento da demanda por esses. A China aparece, contudo, como uma exceção nesse fenômeno, uma vez que adotou medidas de estímulo a suas indústrias e tornou-se a fábrica do mundo, atendendo tal demanda. Como déficits recorrentes na balança comercial da indústria podem representar indícios de uma desindustrialização no país, a recente recessão mundial deu novo impulso para o debate, ao reverter os rumos da balança da indústria de transformação brasileira de forma considerável entre os anos de 2007 e 2008. A partir disso, Almeida (2012a) chama atenção para o cuidado que se deve ter ao relacionar a perda de participação da indústria com uma falta de dinamismo da economia brasileira, tendo em vista que a queda dos preços e o aumento da importação de manufaturados se fez concomitante ao boom nos preços de commodities, o que garante expressivos ganhos nos termos de trocas para o país. Somado a isso, os ganhos alcançados possibilitaram um aumento de políticas de transferência de renda e expansão do crédito, cujos resultados foram elevação da demanda interna e redução do desemprego.

Além disso, hoje já se destacam outros fatores que podem levar à desindustrialização natural. Com o avanço do capitalismo, por exemplo, algumas atividades secundárias que faziam parte do processo industrial produtivo (bem como limpeza, design, segurança, entre

outros) passaram a ser terceirizadas por empresas especializadas prestadoras de serviços, por reduzirem custos principalmente, gerando um movimento inverso nas estatísticas de emprego entre os dois setores.

2.3 Desindustrialização precoce

Por outro lado, quando o processo de perda de participação da indústria (tanto em termos de emprego, quanto de produto) se dá precocemente – antes da curva de renda per capita em U invertido atingir seu nível ótimo em Palma (2005) – ele é indesejado e considerado um retrocesso no desenvolvimento econômico. Por isso, economias que se abrem sem ter indústrias de transformação bem consolidadas – como foi o caso de países da América Latina na década de 90 – não conseguem impedir ampla penetração de importados ou mesmo expandir a demanda agregada para aliviar a restrição de balanço de pagamentos através das exportações, comprometendo os crescimentos da produção e do emprego. Somado a isso, a liberalização da conta de capital, com a intensificação do fluxo de divisas, reduz a autonomia desses países sobre suas políticas industriais, uma vez que estas tendem a pressionar suas taxas de juros a fim de atrair capital, comprometendo as taxas de investimento interno e, com frequência, a participação de suas indústrias no emprego.

Antes, na desindustrialização natural, as perdas na posição das indústrias eram apenas relativas, de modo que a produtividade continuava crescendo e o aumento da competitividade da indústria doméstica alivia a restrição externa ao crescimento a partir dos ganhos em escala. Para tanto, José Alderir (2013) considera necessário 3 condições básicas. Em suas palavras: “i) a velocidade do progresso técnico seja maior que a média internacional; ii) parte significativa da demanda por máquinas e equipamentos não seja atendida por importações, caso contrário, sendo o fluxo de capital insuficiente, o balanço de pagamentos incorrerá em déficit por algum tempo; iii) em um mundo com câmbio flutuante, a apreciação cambial real pode corroer o ganho de competitividade, assim é preciso uma taxa de câmbio “administrada”, operando com limites que evitem esse efeito não desejado.”. No processo precoce, no entanto, as perdas de posição da indústria se dão a nível relativo e absoluto, posto que a indústria nacional, a qual não mantém seu ritmo de progresso técnico, quando exposta a produtos importados mais bem qualificados, perde os ganhos em escala e o país acaba por especializar-se em produtos de baixo valor agregado e de baixa elasticidade renda da demanda, o que enrijece a restrição externa, restringindo o crescimento de longo prazo.

2.4 Doença holandesa

O conceito de doença holandesa surge na década de 1970 para designar a situação da Holanda, após a descoberta de enormes reservas de gás natural em seu território, impulsionando as exportações desse tipo de commodities. Como consequência, houve grande entrada de capitais no país, valorizando sua moeda e prejudicando a competitividade das exportações dos produtos manufaturados, o que causou reduções na rentabilidade da indústria. Tal definição foi então expandida para todas as situações em que o país com vantagens comparativas na produção de bens primários incorre em déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais crescentes nos setores não industriais, levando essa economia a uma reprimarização da pauta de exportações. De acordo com a teoria econômica, todavia, este não deveria ser um problema se a economia estivesse funcionando normalmente e o câmbio fosse flutuante, visto que, os sucessivos superávits em conta corrente e a entrada de divisas, valorizariam a moeda até o nível em que as importações de bens e serviços voltassem a ser estimuladas e as exportações fossem inibidas, de forma que a maior demanda por moeda estrangeira depreciaria a moeda nacional. Na prática isto não aconteceu para muitos países em desenvolvimento, que continuaram a incorrer em superávits, a despeito do câmbio valorizado.

Mais adiante, Nassif (2008) vai entender doença holandesa como a realocação de recursos para setores primários ou para indústrias tradicionais e como a mudança do padrão de especialização internacional na produção de produtos primários, ou industrializados intensivos em recursos naturais. O conceito de desindustrialização vai ser apresentado pelo autor a partir de duas variáveis: evolução da produtividade do trabalho na indústria e mudanças ocorridas no padrão de especialização e estrutura intraindustrial. Assim, este é um dos autores que rejeita a afirmativa de que o Brasil vive um período de desindustrialização, porque considera que o segmento de refino de petróleo compreende quase a totalidade do aumento da participação do valor adicionado industrial total até o ano do estudo, apontando um progresso tecnológico de um ramo produtivo no Brasil baseado na disponibilidade de matéria-prima básica como sua principal âncora de competitividade, mas que engloba elevado montante de capital por unidade de produto. Portanto, o autor divide os setores produtivos da economia de acordo com o grau de sofisticação tecnológica e, assim, tanto agropecuária, quanto manufaturados intensivos em recursos naturais e de baixa tecnologia (reduzido valor agregado) passam a pertencer ao mesmo grupo de análise, enquanto as indústrias de média e alta tecnologia, que apresentam elevados gastos em P&D e grande potencial de difusão de externalidades para os demais setores, pertencem ao outro, cuja retração frente ao primeiro representaria indícios de um processo de desindustrialização. A partir disso o autor conclui

que, até o momento de sua pesquisa, não havia evidências que comprovassem uma perda significativa no desempenho das exportações de bens manufaturados, porém alerta para as quedas relativas de participação de produtos industrializados intensivos em trabalho no total do valor adicionado e nas exportações brasileiras, não compensadas por um avanço equivalente nos setores intensivos em tecnologia, resultando em elevados índices de desemprego e informalidade. O que se percebe é que não há uma distinção clara entre os conceitos de desindustrialização e doença holandesa em seu trabalho, de modo que o primeiro deixa de ser somente a perda de importância da indústria no emprego e no PIB para abranger também as mudanças na composição industrial de setores intensivos em recursos naturais e trabalho; o que permite que o próprio não reconheça o fenômeno no Brasil.

Enquanto isso, para Bresser Pereira (2011), a doença holandesa é conceituada como a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio – de modo que se inviabilizem indústrias de bens manufaturados comercializáveis não associados a rendas ricardianas – em países ricos em recursos naturais, principalmente quando há valorização de seus preços no mercado internacional, unida a um elevado diferencial de salários, se comparados aos de países centrais. Isso garante rendas ricardianas a essas economias, as quais tendem a transferir investimentos da indústria para a exportação de commodities, onde há vantagens competitivas. Para ele, o problema existe ainda que as produções das commodities que dão origem a ela sejam intensivas em tecnologia, pois as atividades de mineração e agrícola não são capazes de empregar toda a força de trabalho que é dispensada pelo setor secundário e, além disso, o país renuncia a oportunidades de investir em setores cujo valor adicionado por trabalhador é bem maior.

A doença é uma falha de mercado comum a países em desenvolvimento e, quando neutralizada, através da sobreapreciação do câmbio, pode trazer benefícios à economia; quando não, obstrui o processo de industrialização; e, por fim, quando já foi neutralizada e o país passa por uma liberalização de sua economia sem completar sua industrialização, causa a desindustrialização. A sobreapreciação tem por objetivo evitar crises no balanço de pagamentos no curto prazo, pois as perdas da conta corrente são equilibradas com taxas de câmbio mais apreciadas que as que tornariam os bens comercializáveis (com tecnologias modernas) mais competitivos no mercado internacional; no entanto, o mesmo não ocorre com a conta capital, uma vez que o endividamento externo cresce, com o crescimento impulsionado por poupança externa e o balanço de pagamentos acaba sendo afetado no longo prazo.

Sob essa perspectiva, os estudos de Gala (2008) apontam para uma correlação positiva entre moedas mais competitivas e taxas de crescimento per capita, na qual países com taxa de câmbio relativamente sobrevalorizada experimentaram baixas taxas de crescimento de renda per capita (salários crescem mais devagar que a produtividade, devido a grande oferta de mão de obra). Assim, câmbios apreciados, em países que estão se desenvolvendo e possuem alta disponibilidade de recursos naturais ou mão de obra, mas não de tecnologia, representam um desincentivo à produção nos setores que não possuem vantagens comparativas em relação aos seus competidores – no caso, a produção de bens manufaturados que não esteja associada à utilização de tais recursos.

Palma (2005), então, acrescentou ao conceito de doença holandesa a política econômica de liberalização comercial e financeira como uma das causas para a apreciação cambial e para o sucateamento de indústrias domésticas, e não mais um efeito, para explicar os casos mais recentes dos países em desenvolvimento que estariam vivendo a desindustrialização precoce. Novamente a questão da maturidade das indústrias doméstica representa a grande diferença entre as definições de Doença Holandesa, de modo que, na Holanda, a apreciação cambial, derivada da descoberta de recursos naturais, se deu em uma etapa já avançada do desenvolvimento econômico do país; ao contrário do que ocorreu com os países latino-americanos, por exemplo, que promoveram uma ampla abertura comercial e financeira sem terem atingido o que Rostow chamaria de “ponto de maturidade” de sua estrutura industrial.

2.5 Desindustrialização no Brasil

A partir do exposto até aqui, o presente trabalho considera haver um processo de desindustrialização importante no Brasil, posto que os dados mostrados a seguir evidenciam uma perda de participação das indústrias de transformação no PIB a partir do ano de 2004, quando este iniciou uma trajetória de declínio, passando de 15,1% para 10,15% (Gráfico1), no último ano, de acordo com dados do IBGE. Somado a isso, pode-se observar no Gráfico2 que também houve uma redução na taxa de ocupação na indústria de transformação nos últimos anos quando comparada à extrativa. Os Gráfico3 e 4 vêm, então, para reforçar a existência desse processo de desindustrialização com a queda da taxa de emprego na indústria de transformação brasileira – de 33,4% do valor total da indústria, ao final dos anos 2000, para 29,74%, ao final de 2015 – e a reversão, em 2010, do superávit em sua balança comercial – de um saldo positivo de US\$2,4 bilhões, em maio de 2004, para um negativo de US\$-2,6 bilhões, em maio de 2015 – respectivamente.

Participação da Indústria de Transformação no PIB

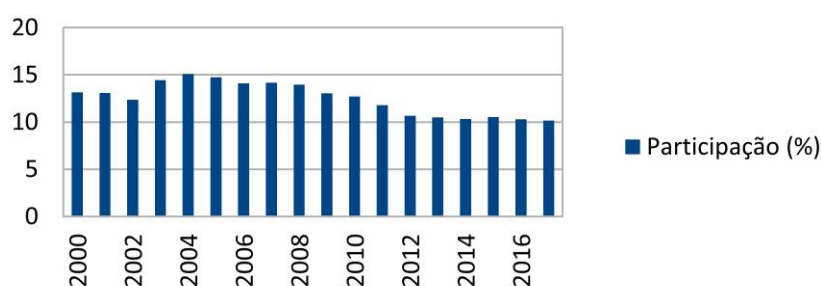


Gráfico1: Fonte: IBGE.

Pessoal ocupado assalariado por seção da indústria

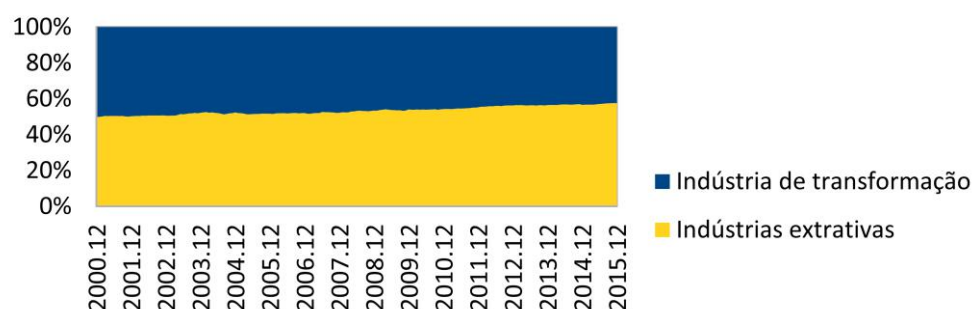


Gráfico2: Fonte: IBGE - Pesquisa Industria Mensal de Emprego e Salário

Taxa emprego da indústria de transformação sobre o total da indústria (%)

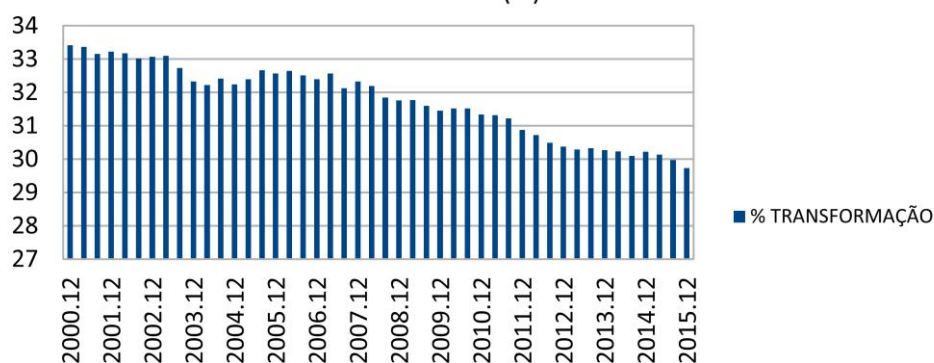


Gráfico3: Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

Balança Comercial Indústria de Transformação

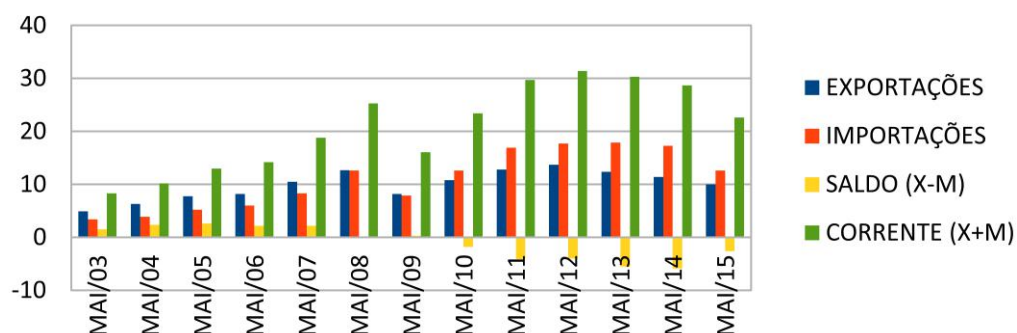


Gráfico4: Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços

Já a questão de reprimarização da pauta exportadora, apoia-se: na maior participação das commodities nas exportações, a partir do boom de seus preços no mercado internacional – alcançando uma taxa de 18,47% no total das exportações em 2015, quase o dobro do ano em que estourou a crise nos EUA, quando foi de 9,7%, conforme Gráfico5 –, e no aumento das importações de bens manufaturados – principalmente produtos da baixa e média-baixa intensidade tecnológica, que, somados, apresentaram um aumento de 3,24 pontos percentuais no Gráfico6 –, de modo a intensificar a competição interna e externa para os produtores domésticos. Ambos os fenômenos têm como um das explicações possíveis, e que os une, o reforço das relações do país com a China, desde a abertura comercial brasileira da década de 90 apoiada em reformas liberais após a crise da dívida, e parcial abertura chinesa nos anos 2000, com tais laços se estreitando ainda mais após a recessão mundial de 2009.

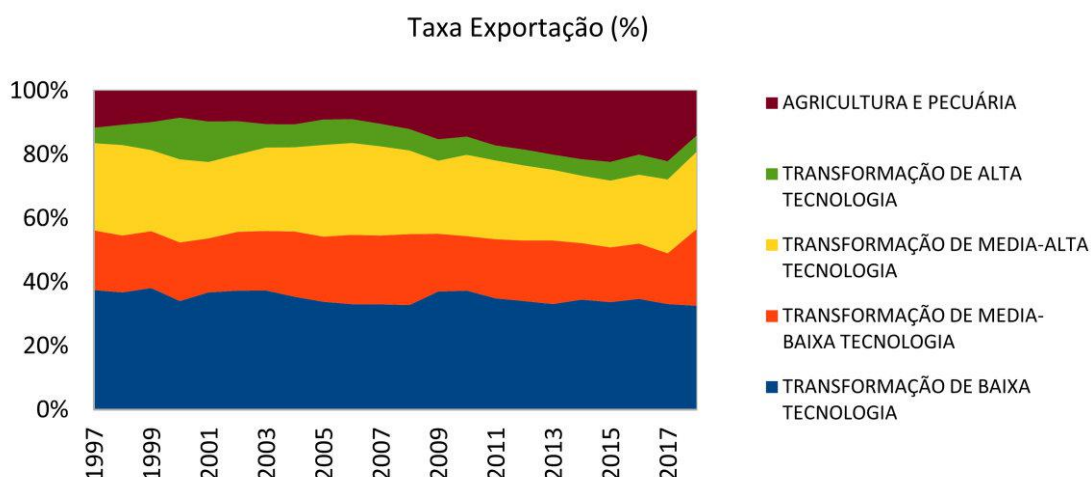


Gráfico5: Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços

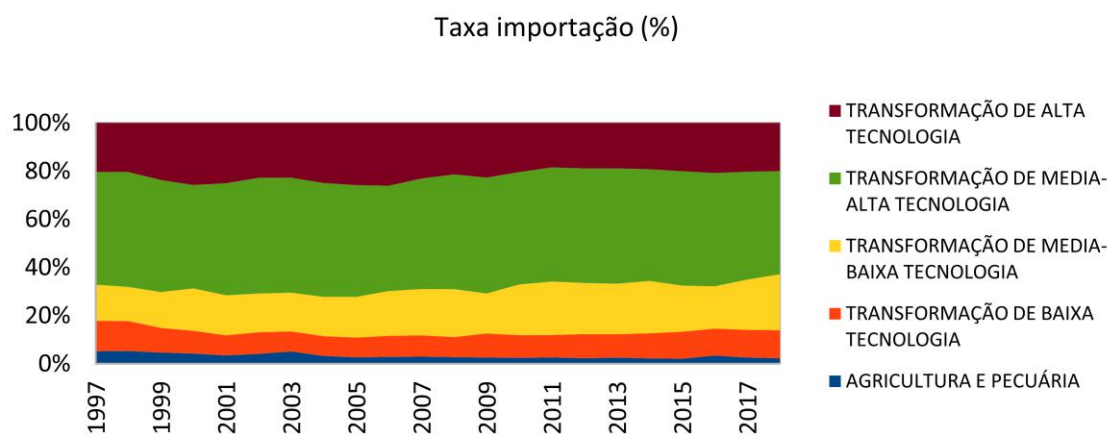


Gráfico6: Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços

Conforme exposto em Silva (2014), Marquetti (2002) sugere que o início da desindustrialização no país se deu ainda em meados dos anos 80, devido aos baixos índices de investimentos realizados na economia brasileira. Feijó, Carvalho e Almeida (2005) também reconhecem a perda relativa da indústria brasileira sobre o PIB, assim como Marquetti (2002), mas afirmam não ser este um dado tão preocupante no momento, pois os resultados mostravam uma manutenção na composição de cada segmento da indústria segundo a classificação tecnológica. Ademais, Almeida (2012a), apesar de admitir um processo precoce em andamento, confere aos altos custos de produção no Brasil a real causa da retração dos investimentos no setor e defende que a percepção de que as exportações de manufaturados perderam seu dinamismo é falsa, visto que as exportações de manufaturados quase triplicaram

entre 2000 e 2011 – de US\$32,5 bilhões para US\$ 92,3 bilhões –, sendo muito superior ao observado nas duas décadas antecedentes. Por essa razão e pelo fato de tal crescimento ter ocorrido apesar da valorização do real, com concomitante ganho de renda real para os trabalhadores, o autor considera o atual período brasileiro de difícil análise, além de não tão negativo para a economia em si como alguns defendem.

Palma (2005) introduziu o conceito de doença holandesa ao debate e o atualizou à realidade do Brasil e de outros países em desenvolvimento no início do século XXI, caracterizando-a como diferente da que se deu na Holanda na década de 60, posto que agora a doença não teria como causa principal a descoberta de recursos naturais, mas uma transferência de um regime de substituição de importações para outro liberalizante sem que fossem tomados os devidos cuidados para a abertura nessa drástica transição. Assim, as políticas econômicas passam a ser a fonte do problema, cujos efeitos são muito parecidos com os da doença e há não só uma perda relativa e precoce de participação da indústria no PIB, como também o retorno a um padrão de especialização internacional baseado em produtos intensivos em recursos naturais, enquadrando esses países em um padrão de especialização ricardiano rico em recursos naturais.

Para Bresser Pereira e Marconi (2009), ao contrário do que defendia Nassif (2008), está claro que a desindustrialização em andamento no Brasil é resultado de um quadro de doença holandesa, visto que, a partir de seus estudos, puderam concluir que o crescimento do superávit de commodities na balança comercial – de US\$ 11 bilhões para US\$ 46,8 bilhões –, quando comparado à mudança de superávit – de US\$ 4 bilhões – para déficit – de US\$ 9,8 bilhões – na balança de manufaturados, entre os anos de 1992 e 2007, coincidia com perdas ainda maiores no setor de manufaturados de média-alta e alta tecnologia – de um déficit de US\$0,7 bilhão em 1992 para US\$ 20,2 bilhões em 2007. Nesse sentido, há dois possíveis cenários de doença holandesa atualmente: a taxa de câmbio de equilíbrio pode estar sobrevalorizada e ainda ser compatível com o equilíbrio em conta correntes, ou pode manter a viabilidade de empresas industriais que utilizam modernas tecnologias. Em suas palavras: “Em um país que ainda não se industrializou, como é o caso da maioria dos países exportadores de petróleo, a doença holandesa significa baixo crescimento e contínua pobreza, em um país industrializado como o Brasil, a sobreapreciação é causa de desindustrialização mesmo com a conta corrente equilibrada.”. Bresser Pereira e Marconi (2009).

De acordo com os autores, a doença holandesa sempre existiu no Brasil, mas foi neutralizada até 1990, quando houve a abertura comercial e financeira, a qual possibilitou que a elevação nos preços das commodities do século XXI pressionasse o valor de nossa moeda e

um crescimento baseado no agronegócio fosse retomado, em detrimento de nossas indústrias – principalmente de média-alta e alta tecnologia. Até então, as medidas de controle tarifário, alfandegário e cambial foram capazes de neutralizar a falha de mercado, por meio de taxações a receita de exportações de commodities primárias e desestímulos a importação de produtos manufaturados que incentivaram a sua produção interna. Portanto, o país pôde iniciar sua industrialização, mas não concluí-la propriamente. A desindustrialização não seria, dessa forma, fruto das políticas cambiais adotadas em si, e sim de uma tendência crônica de sobreapreciação da moeda do país que deixou de ser controlada quando se optou pela liberalização econômica. Com efeito, a apreciação do câmbio não foi influenciada apenas pelo montante de capitais que têm entrado no país com a evolução da receita de exportados desde 2003, como também pela doença holandesa. A doença holandesa teria sido então agravada pelo boom dos preços de commodities, que puxou consigo as exportações brasileiras, garantindo lucratividade aos exportadores desses bens, mesmo com o câmbio apreciado. Por isso, o quantum da produção industrial não caiu, todavia, sua participação no valor total sim.

Bresser Pereira e Marconi (2009) confirmam, então, o quadro de desindustrialização brasileiro comparando: a participação do valor agregado de cada setor no valor total da produção industrial na fase 1996-02 com a participação no período 2003-07 – 12,7% para os setores de manufaturados e 2,3% para os primários e derivados –; o percentual de crescimento dos produtos primários (366%) com o de manufaturados (244%) no valor total de exportações, entre 1997-08; o aumento na importação de primários (26%) com o de manufaturados (154%), entre 1997-08; e o nível de investimento, que cresceu muito mais no setor de commodities (277%), no mesmo período.

De acordo com Bonelli e Pinheiro (2012), o IBGE apontou uma produtividade da indústria praticamente estável entre os anos de 2000 e 2009, enquanto a do trabalho no mesmo setor caiu 0,6% a.a., reduzindo sua competitividade, posto que, concomitantemente, houve um aumento do Custo Unitário do Trabalho (CUT) a partir de 2002. O autor define CUT como a razão entre a folha salarial e a quantidade produzida, de modo que com um aumento de 12,9% a.a. na remuneração média, entre os anos de 1999 e 2011, e de apenas 1,2% a.a. na produtividade (PIB/pessoa ocupada), o CUT teria crescido 11,5% a.a., representando uma perda de competitividade importante na indústria brasileira. Ademais, com os salários valorizados, por conta do aquecimento no mercado de trabalho, as indústrias nacionais não puderam repassar esse diferencial nos custos para os preços de seus bens, pois são transacionáveis, ao revés do que acontece com os serviços, que conseguem transferi-los e manter suas margens de lucro. Desse modo, Almeida (2012a) afirma ser o alto custo de

produção de insumos básicos e a falta de mecanismos de ajustes dos preços dos produtos industriais os principais problemas da indústria brasileira que impedem um aumento da poupança doméstica para financiar a retomada do crescimento da taxa de investimento da economia.

Oreiro e Feijó (2010) ressaltam, também na linha dos autores que defendem a existência de sinais de mudança no padrão de especialização da estrutura produtiva da economia na direção de atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico, um estudo do IEDI de 2009, cujos resultados mostram uma queda no saldo comercial da indústria entre os anos de 2004-09 de US\$17,09 bilhões para US\$-4,83 bilhões. Quanto aos setores de média-alta tecnologia, verificam um déficit que passou de US\$2,07 bilhões em 2004 para US\$19,19 bilhões em 2009, confirmando a tendência à redução da participação do valor adicionado da indústria no PIB puxada pelos sucessivos déficits comerciais do setor, inclusive em produtos de maior intensidade tecnológica.

Enquanto isso, Serrano (2013) acrescenta ao debate a questão das políticas de valorização das moedas de países exportadores de commodities frente ao dólar para explicar o aumento em seus custos de produção via valorização de salário e, conseqüentemente, a transferências deles para os preços no mercado. Novamente, isso só foi possível devido à manutenção de crescimentos de saldos positivos nas balanças de pagamentos desses países, concomitante a manutenção de consideráveis reservas em dólar (aqui a política de juros norte americana também deve ser considerada). Essa, diferente das justificativas usuais que se apoiam na pressão da demanda, é um argumento do lado da oferta para explicar o boom nos preços de commodities de 2003 e será aprofundada mais adiante.

O persistente boom nos valores internacionais de commodities tem chamado atenção de diversos economistas, e alguns cientistas acreditam ser essa uma das maiores causas das atuais desindustrializações de países latino americanos como o Brasil. Os preços internacionais de algumas commodities já começavam a subir ao final do século passado, mas muitos economistas consideram 2003 como o marco do boom desses valores em geral. Os preços absolutos de petróleo, alimentos e metais subiram bastante até a crise de 2008 - com um breve período de queda, mas que logo se recuperou -, porém, o que mais impressionou foi a evolução dos preços relativos, uma vez que a inflação e os preços de industrializados em dólares não foram capazes de acompanhar tamanha alta.

É importante perceber que as explicações que são dadas a respeito do superciclo de commodities estão relacionadas ao efeito demanda de países em desenvolvimento - aqui nos ateremos à China - e seus crescimentos anuais de dois dígitos no início dos anos 2000, e não

ao crescimento da economia mundial, haja visto que o Centro cresceu a taxas menores nesse mesmo período, mantendo o volume de comércio internacional pouco alterada quando comparado ao que ocorreu nos anos 90, como explicitado em Serrano (2013). Nesse sentido, o que se observou foi particularmente uma colaboração da demanda chinesa para os números do comércio global na área de metais, enquanto as outras commodities sofreram apenas uma relativa compensação - alterando-se a fonte das importações -. Serrano (2013) discute, principalmente, a exclusiva importância que se dá a esse efeito demanda da China para a explosão nos preços das commodities em 2003. Isso porque ele demonstra que o setor de metais, onde o país mais impactou o consumo mundial.

Outro ponto ressaltado pelo economista é o fato da elasticidade renda da demanda por metais ter se apresentado como maior do que 1 desde 1995, justamente pelo imenso mercado chinês que encontrava-se subaproveitado, em vista de sua grande parcela da população ainda viver no campo. A inserção dessas pessoas nos padrões de consumo ocidentais possibilitou, então, que houvesse uma tendência de aumento da participação de metais no PIB mundial, mesmo com o avanço da renda per capita.

A especulação no mercado de commodities é outra possível causa para o aumento geral dos preços desses bens. Diante disso, a queda nas taxas de juros norte-americanas teria reduzido a atratividade dos ativos financeiros nesse mercado e os investidores, prevendo uma futura inflação dos preços desses, se anteciparam, aumentando a procura por eles para fins especulativos. Serrano (2013), mais uma vez questiona a veracidade de tal efeito, visto que as expectativas de inflação em economias desenvolvidas e estáveis como os EUA são muito baixas. Nesses casos, o “trade off” entre inflação e poder de barganha dos trabalhadores e de muito mais para o baixo crescimento relativo do emprego do que para a alta de preços. Com efeito, o autor confere maior credibilidade às recentes desregulamentações e inovações norte-americanas no mercado financeiro de commodities para explicar a bolha especulativa em que se encontram.

Ainda assim, o economista não se convence de que estas sejam explicações suficientes para manter a constante tendência de alta nos preços de curto prazo das commodities, muito maiores do que as quedas que se têm observado. Por isso, ele chama atenção para as razões do lado da escassez de oferta, como as políticas energéticas adotadas pelos estados e os altos custos de produção que restringem a oferta do petróleo, bem como os estáveis depósitos de metais.

Dentre as estratégias dos países da OPEP, pode-se apontar para uma política de restrição da oferta do petróleo a níveis menores que os da capacidade produtiva total,

mantendo-se sempre um percentual proposital de ociosidade para controlar os preços internacionais. Com isso, EUA e Arábia Saudita mantêm um acordo de preço piso a fim de garantir a viabilidade da produção do petróleo e incluir os royalties tanto das indústrias norte americanas, quanto dos países da OPEP. Por essa razão, Serrano (2013) afirma ter sido tal política de restrição da produção que pressionou os preços das commodities em 2003, quando a demanda global subiu e teve que ser atendida por regiões onde os custos de produção são maiores (um exemplo citado é o petróleo submarino brasileiro). Ademais, reconhece-se um movimento nacionalista de recursos naturais em alguns países em desenvolvimento que tem pressionado também os preços de produção com o aumento de royalties e renegociações de contratos de fornecimento do petróleo. Esses acontecimentos acabaram por afetar os preços de alimentos, pois alteraram os valores de energia e fertilizantes.

Somado a isso, o mercado de alimentos ainda pode se utilizar da crescente demanda por combustíveis renováveis, a qual tem possibilitado transferência de cereais para a produção de biocombustíveis sempre que os preços do alimento tendem a cair. No caso nos metais, a restrição à produção está na falta de interesse pela busca de novas áreas de extração, posto que as já existentes possuem estoques capazes de atender a demanda internacional por algumas décadas ainda. Com efeito, o boom da demanda em 2003 permitiu que produtores com maiores custo entrassem nesse mercado, da mesma forma que deu força ao nacionalismo de recursos naturais.

3. MODELO LIBERAL PERIFÉRICO COMO CAUSA PARA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

É fato que os efeitos da globalização no comércio exterior durante o século XXI, alteraram significativamente os padrões de inserção de países emergentes e composição de suas estruturas produtivas, a partir da nova distribuição internacional do trabalho. Por isso, este capítulo se destinará a uma breve explicação do que é o conceito de Modelo Liberal Periférico descrito por Filgueiras e Gonçalves (2007) e, mais adiante, o aplicará à realidade brasileira, mostrando como este foi capaz de alterar a natureza das relações comerciais do país com terceiros mercados, as quais desencadearam um processo de desindustrialização, puxada por uma reprimarização da pauta exportadora.

Entendendo-se que a pobreza e desigualdade de renda no Brasil foram reduzidas nas últimas décadas, percebe-se que houve uma expansão considerável do mercado interno e que os termos de troca no comércio internacional ficaram mais favoráveis para o país; no entanto, a economia parece ter se desviado no curso da convergência do desenvolvimento com direção aos países centrais. Nesse sentido, o papel do Brasil nas atuais Cadeias Globais de Valor (produção de bens fragmentada em etapas ao redor do globo) tem levado a uma especialização de suas exportações na direção de produtos intensivos em recursos naturais, o que não necessariamente desencadearia um processo de desindustrialização, mas, nesse caso, os indicadores já apresentados no capítulo anterior mostram que sim.

Assim, o aumento relativo nas exportações de commodities é uma das explicações para a apreciação cambial no país, que, ao reduzir a rentabilidade da indústria diante dos demais setores, tem provocado uma mudança estrutural na economia nos anos 2000, com consequente direcionamento dos investimentos internos para a agropecuária. De Negri e Cavalcante (2014) mostra como a participação brasileira nas exportações mundiais de commodities cresceu entre os anos 2000 e 2011, saindo de menos de 3% para quase 6%, de forma que a indústria de transformação tem sido um dos setores mais afetados negativamente, com perdas de competitividade e inovação que têm refletido em suas participações no PIB e no emprego.

Cano (2012) destaca como causa para o atual processo de desindustrialização do país, além da sobrevalorização cambial (que mantém uma ancoragem dos preços, em conjunto com altas taxas de juros) com perda relativa da competitividade da indústria nacional, a abertura comercial iniciada no governo Sarney e estendida até hoje. A partir da disseminação das ideias neoliberais e da desaceleração da economia mundial, a elevação das taxas de juros reduziu a

atratividade das taxas de lucros, inibindo os investimentos produtivos do empresariado brasileiro, uma vez que o mercado financeiro se apresenta mais rentável. Dessa maneira, o autor conclui que o Brasil se inseriu no comércio internacional enquanto economia subdesenvolvida, sem ter atingido o nível de produtividade média necessária, nem diversificado sua estrutura produtiva o suficiente para competir com os produtos industriais estrangeiros. Para atingir tal nível de desenvolvimento, o país precisaria antes de “uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel de seu Estado Nacional.”.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) acrescentam ainda o fato de o Brasil ter aumentado seu grau de abertura econômica a partir de 2003 – visto que elevou sua participação no comércio mundial em 22,9% entre 2003 e 2007, com incrementos nas participações de importações e exportações mundiais –, como um dos fatores que intensificou a associação entre variações em sua taxa de câmbio e o desempenho da economia mundial. Para explicar como foi possível manter uma balança comercial favorável e uma taxa de câmbio apreciada (que favoreceu as importações) durante esses anos, eles conferem à elevação da demanda internacional e dos preços de commodities (efeito mais relevante que o primeiro nas últimas décadas) boa parte da responsabilidade pelo padrão de comércio exterior adotado pelo país neste século.

3.1 Retrospectiva histórica da economia política no Brasil

A Lei de Thirlwall defende a escassez de divisas como a principal restrição ao crescimento, na medida em que limita a expansão da demanda agregada e impede a plena utilização dos fatores disponíveis. Dessa forma, a solução é um desenvolvimento sustentado pelas exportações, de modo a manter uma dívida externa financiável e níveis satisfatórios de importações de bens de capital e tecnologia que sustentem o crescimento da produtividade da economia no longo prazo. Por isso, dada a importância da exportação para o crescimento de uma economia, o Brasil e outros países da América Latina, por acreditarem não ser possível diversificar suas pautas exportadoras, teriam adotado em meados do século XX a política de substituição de importações, com o objetivo de reduzir os efeitos nocivos de um país primário exportador em desenvolvimento sem incorrer em crescentes demandas de importados, que levariam a crises no balanço de pagamentos; além do fato dos preços de commodities serem muito voláteis no mercado internacional. Tal modelo, no entanto, não foi capaz de se sustentar até o final do século, quando as crises das dívidas estouraram nos países latino-americanos e a necessidade de empréstimos estrangeiros os submeteu às exigências dos credores do Centro. Tinha início uma nova fase da acumulação capitalista.

De maneira geral, entende-se que as crises de dívida externa da década de 90 que atingiram diversos países emergentes estão associadas a fatores internos de cada economia, mas também a externos, na medida em que grande parte deles adotou políticas neoliberais defendidas pelo Consenso de Washington e impostas por órgãos mundiais (FMI e Banco Mundial), de modo a pressioná-los a abrirem suas contas capitais e manterem políticas de crescimento voltadas para fora (por meio de exportações). O programa incluía uma agenda de políticas que definiu 10 reformas essenciais a serem seguidas por países em desenvolvimento para que as dificuldades da crise de liquidez no mercado mundial fossem superadas e as inflações parassem de crescer; a saber: ajuste fiscal, redução dos gastos, reforma tributária, liberalização dos juros, manutenção de taxa de câmbio competitiva, livre comércio, abertura para IEDs, privatização em setores chaves, desregulamentação e garantia do direito à propriedade. Tinha fim o modelo de substituição de importações tão defendido pela corrente desenvolvimentista predecessora. Com efeito, a perda de soberania sobre o manejo de suas políticas cambial, fiscal e monetária, gerou persistentes reversões nos fluxos de capitais, com fuga das economias periféricas.

Apesar do problema da dívida externa ter sido temporariamente solucionado a partir da securitização da mesma e a abertura do mercado a títulos públicos e privados, o desemprego industrial foi um dos indicadores muito afetados negativamente pelas medidas de flexibilização dos contratos de trabalho e de terceirização de atividades de apoio à produção que ainda estimularam o fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas – substituídas por importações – e a especialização em produtos de menor valor agregado. Somado a isso, o avanço da globalização e das revoluções informacionais no final do século XX, com a diversificação das carteiras de investimento dos bancos em economias externas e a internacionalização das cadeias produtivas de transnacionais, garantiu uma maior integração dos sistemas financeiros nacionais no mercado global. Diversas crises se instauraram durante a década de 90, desde o Centro até a Periferia, devido à maior vulnerabilidade externa das economias, e sua difusão se fez bem mais rápida.

Sob essa perspectiva, os principais ataques dos novos formuladores de política econômica com relação ao que vinha sendo adotado até então na América Latina se referem às preocupações que se limitam a superávits primários, juros altos e câmbio flutuante, de maneira a manter a ênfase em câmbios competitivos, abertura comercial e produtiva, e controle de fluxos financeiros internacionais com foco no curto prazo. Tal persistência na defesa de um modelo “export-led growth” tem se tornado um problema para países com vantagens comparativas em recursos naturais, de acordo com Gonçalves (2012) na medida em

que direciona o desenvolvimento interno a uma reprimarização das pautas exportadoras de suas economias. O foco agora passa a ser a política macroeconômica, com relativa negligência da política industrial nos países periféricos.

Por essas razões, o início do século XXI foi marcado pela retração da onda neoliberal e as chamadas “economias emergentes” foram as mais beneficiadas durante a primeira década do século e apresentaram altas taxas de crescimento, possibilitadas por uma série de fatores internos e externos. Entende-se, portanto, que as políticas expansionistas na América Latina, por exemplo, foram em parte uma reação ao fracasso do modelo neoliberal em equilibrar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades, mas não apenas isso, tendo o efeito China sido um elemento fundamental para explicar como foi possível manter a liquidez externa e, assim, o padrão de crescimento em um momento em que EUA e Europa reduziam suas participações nas exportações latino-americanas, criando uma tendência à queda nos termos de troca (que não ocorreu) após a crise de 2008. Até a crise, no entanto, o governo norte-americano manteve políticas monetária e fiscal expansionistas, mas perdeu gradativamente poder de influência sobre a América Latina, quando uma onda de governos à esquerda se instaurou na região, abrindo espaço para articulações mais significativas com a China, principalmente no que tange às exportações primárias e importação de bens industrializados.

3.2 O padrão de inserção do Brasil no capitalismo financeirizado

Devido à necessidade de financiar os déficits em transações correntes e manter elevadas taxas de juros que garantam o influxo de divisas, o governo brasileiro optou por se render às exigências de seus credores internacionais e renunciou à estabilidade de seu mercado de câmbio. Alguns autores destacam a posição subalterna do Brasil no atual capitalismo financeirizado que levou a privatizações e desregulamentações financeiras, em detrimento de políticas que incentivassem a retomada do investimento, da produção e do emprego, como um relevante motivo para a intensificação do processo de desindustrialização. Paulani (2012) classifica a nova função do país no processo de acumulação mundial como plataforma internacional de valorização financeira para o capital financeiro que perdia espaço na crise de sobreacumulação do Centro. Nesse sentido, a noção de Modelo Liberal Periférico desenvolvida por Filgueiras e Gonçalves (2007), retirada de Gonçalves (2012), faz-se essencial para a total compreensão do que será exposto. Em suas palavras:

“O Modelo Liberal Periférico tem os seguintes eixos estruturantes: liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; reformas do Estado com lógica liberalizante e privatista; privatização de serviços de utilidade pública; desregulação do mercado de

trabalho; significativa vulnerabilidade externa estrutural; e, capital financeiro e lógica financeira como dominantes da dinâmica macroeconômica.” (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 96).

Uma característica intrínseca ao modelo é que as esferas financeira e produtiva passam a ser totalmente vinculadas uma à outra, de modo que passam a haver transferências significativas de renda e investimentos da produção para a esfera financeira, com o mercado especulativo se mostrando muito mais rentável atualmente. Para Moreira e Borba (2016) pode-se determinar esse como sendo um processo iniciado nos anos 80, quando o mundo fez a transição de um regime capitalista concorrencial para um de concorrência oligopolista, marcado pela submissão de grandes grupos industriais ao mercado financeiro e pela entrada de investidores institucionais como acionistas dessas empresas. Segundo os autores, o abrupto abandono do modelo de substituição de importações pelos países em desenvolvimento foi um erro, na medida em que suas indústrias não estavam tecnologicamente preparadas para concorrer com os produtos externos e sofreriam, sem uma política industrial adequada, com a desindustrialização cedo ou tarde. Assim o país teria se inserido nos circuitos mundiais de acumulação financeira como um mero mercado consumidor em potencial para as economias centrais e teria ainda que garantir uma estabilidade monetária – a custos que se mostrariam bem altos para o desenvolvimento doméstico – a fim de retomar o influxo de capitais. Vale lembrar que, além do problema da fuga de renda da estrutura produtiva, o capital especulativo não gera emprego ou renda considerados relevantes para o crescimento econômico.

Diante do exposto, acredita-se que a obrigação da manutenção de altas taxas de juros impediu o sucesso dos programas de aceleração do crescimento no governo Lula no que tange à recuperação da capacidade de investimento da estrutura produtiva. Por outro lado, os anos 2000 foram também marcados pela expansão da demanda doméstica, devido à ampliação do crédito ao consumo e de programas de transferência de renda que garantiram uma melhor distribuição de renda. Assim, pretendia-se que a demanda fosse capaz de incentivar a retomada dos investimentos em infraestrutura de produção, ampliando a capacidade produtiva das indústrias de transformação nacionais. Seria o abandono de uma política de desenvolvimento voltada para fora com o consequente aumento da competitividade das indústrias de transformação principalmente, alavancado pela melhora na competitividade do setor a partir das externalidades dos investimentos em infraestrutura produtiva. O que se observou, no entanto, foi um aprofundamento de inversões realizadas por empresários associadas a exportações de produtos primários. A demanda interna por bens manufaturados não foi capaz de estimular inversões na indústria de transformação e a economia brasileira se

vê atualmente em um modelo de acumulação em que as decisões de investimento estão subordinadas à acumulação rentista.

Cada vez mais o padrão das exportações se direciona a produtos básicos. Isso se torna um problema, na medida em que não só o novo padrão está associado a produtos de baixo valor agregado, como também reduz os efeitos de encadeamento produtivos e tecnológicos, já que muitos bens intermediários e capitais têm sido importados com a consequente desintegração das poucas cadeias produtivas que haviam sido preservadas no momento da abertura comercial. Agora, muitos produtores de bens de capital apresentam apenas atividades de montagem – as chamadas maquilas. Uma evidência clara de que o país apresentou, nas últimas décadas, uma alteração significativa na composição de sua pauta exportadora é a participação de produtos primários nessa, a qual passou de 19,6% em 2000 para 45,2% em 2011 (dados retirados do livro “Comércio internacional e competitividade do Brasil”, de Manuela Lima, Marcos Lelis e André Cunha).

Gonçalves (2012) é um dos economistas que afirma ser o novo desenvolvimentismo do século XXI apenas uma maquiagem da antiga doutrina neoliberal enraizada em um país com “significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais”; seria o “Novo Desenvolvimentismo às avessas”. O novo modelo se proporia, pois, a harmonizar as diretrizes do Modelo Liberal Periférico com a atuação estabilizadora do Estado. Em seus trabalhos, o autor ressalta as políticas de substituição de importações adotadas durante o Governo Lula para explicar o vazamento de renda nacional via importações. Para isso, ele apresenta o coeficiente de penetração das importações ($\text{importações} / \text{consumo aparente} \times \text{consumo aparente} = \text{produção} + \text{importação} - \text{exportação}$) aumentando entre os anos de 2002 e 2010 - de 11,0% para 16,4% -. A falta de um planejamento que garantisse acumulação de capital e investimentos em qualificação de mão de obra e em projetos de P&D aumentou ainda a dependência tecnológica do país intensificando a importação de bens e serviços intensivos em tecnologia. Tudo isso garantiu, segundo o economista, que a economia retrocedesse no caminho do desenvolvimento e mantivesse suas indústrias obsoletas, sem chances de competir no mercado internacional.

A desnacionalização da economia, ainda no governo Lula, é outro tema destacado por Gonçalves para o aumento da vulnerabilidade externa estrutural do século XXI. O crescimento da participação de empresas estrangeiras dentre as maiores do país em áreas-chaves do desenvolvimento apontam para uma canalização dos investimentos estrangeiros diretos no setor primário (em virtude das vantagens comparativas naturais). A insistência na especialização de commodities, além de todas as dificuldades das elasticidade renda e

elasticidade preço da demanda já citados, ainda exige a manutenção de estruturas de produção baseada em grandes propriedades, piorando a situação da concentração de renda no Brasil e tornando-o mais suscetível à volatilidade de seus preços no mercado internacional. Em resumo, a piora na dependência externa aos fluxos de capitais evidenciou a adoção de medidas que se opunham a todos os fundamentos do Nacional Desenvolvimentismo idealizado pela CEPAL; de modo que a subordinação da esfera produtiva à financeira reduz a capacidade de resistência da economia frente a instabilidades externas, comprometendo o seu desenvolvimento.

Em Paulani (2012) fica evidente que a reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização brasileira não apenas são uma realidade, como são consequência da manutenção forçada de taxas de juros extraordinárias, as quais mantêm o país “afogado em dólares”, mesmo com uma moeda sobrevalorizada. Esse modelo de inserção no circuito mundial de acumulação permite que os déficits em transações correntes persistam desde o segundo mandato do governo Lula, quando o real voltou a se valorizar – após um breve período de câmbio mais alto – e os preços das commodities caíram com a crise de 2008, já que a poupança externa se mantém por meio da atração de ativos financeiros. Para a autora, o Estado foi o responsável pela base da industrialização do país, investindo em setores chaves do desenvolvimento como comunicação e transporte, assim como é o principal agente a sustentar o atual capitalismo rentista e a favorecer transferências de lucros e dividendos para o exterior. A incessante busca por superávits primários prejudica ainda a política fiscal em momentos de recessão que exigiriam maiores investimentos públicos para compensar a queda da demanda efetiva, mas não se concretizam, por conta do compromisso que o governo assumiu com o capital especulativo.

4. INFLUÊNCIAS DO EFEITO CHINA SOBRE INDÚSTRIAS BRASILEIRAS

Assim como o modo de inserção periférico adotado pelo país, o rumo que as relações comerciais com a China tomaram durante o século XXI, em especial durante e após a crise mundial iniciada nos EUA, também se configura como um estímulo à atual desindustrialização no Brasil, bem como à reprimarização de sua pauta exportadora – este último, muito por influência indireta da alta de preços internacionais de commodities –. Por essa razão, veremos neste capítulo de que forma o crescimento chinês e a pressão competitiva de seus produtores têm ditado os rumos da Balança Comercial brasileira e, consequentemente, das decisões de exportadores e importadores de bens industriais e primários, afetando a natureza de nosso desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que a situação da balança comercial e fatores externos não são necessariamente determinantes para as condições econômicas internas de um país, mas as políticas que se adotam em resposta a essas alterações globais sim; de modo que, tanto a submissão a um Modelo Liberal Periférico de especialização em produtos de menor valor adicionado, quanto a alteração nos padrões de comércio com China e Centro estão intimamente relacionados às escolhas de investimento interno.

Cano (2012) salienta o recente papel da política econômica chinesa no mercado internacional com medidas agressivas de inserção de produtos manufaturados como a desvalorização de sua moeda, obtendo taxas elevadas de crescimento dessas exportações e recuperando parte do terreno perdido pela recessão mundial. Isso tem dificultado ao Brasil pressionar e negociar com a China a atual "invasão" de produtos chineses no país e o direcionamento dos investimentos diretos para o setor de commodities, posto que, depois de 2009, a China foi responsável por cerca de 60% de nosso saldo comercial total. Nesse sentido, a abertura da conta capital foi imprescindível para determinar os rumos do desenvolvimento brasileiro e onde este se diferenciou do chinês.

O economista afirma que o país se inseriu na globalização assumindo compromissos internacionais que não devia ter assumido, enquanto a China declarou-se como economia de mercado sem abrir mão do controle sobre sua conta capital, mantendo a soberania no manejo de sua política cambial, fiscal e monetária ao contrário de nós. Por isso, no período de desaceleração da economia mundial, a China, com o Yuan desvalorizado e alta produtividade, foi capaz de estabelecer uma relação com o Brasil onde sua pauta exportadora era constituída principalmente de produtos manufaturados e a nossa, de produtos primários. O que não se verifica nas relações desta com o resto da Ásia, UE e EUA.

A ascensão chinesa, por sua vez, não pode ser explicada apenas a partir do século XXI, haja visto que suas bases datam das reformas estruturais internas aplicada nos anos 80 e 90 e que permitiram a modernização de suas indústrias a partir de uma abertura parcial de sua economia ao mundo exterior (sem abrir mão do controle sobre a conta de capital). Com a expansão da urbanização no país durante as reformas de Deng Xiaoping, a demanda interna cresceu muito além da produção, o que estimulou as importações por commodities. Por seu enorme tamanho e por ter maioria de sua população rural à época (quadro revertido apenas em 2011), o êxodo em larga escala que ocorreu no país alterou o padrão de consumo de seus habitantes e aumentou extraordinariamente a demanda por energia, minerais e alimentos no comércio mundial, a qual foi atendida em grande parte por países em desenvolvimento, sustentando os termos de troca destes em um momento de recessão. Com efeito, o crescimento da América Latina dos anos 2000 se deu em virtude do abandono parcial das políticas neoliberais das décadas precedentes, bem como pelo também estreitamento de relações comerciais com a China, de maneira que os produtos exportados para o Oriente são predominantemente primários – com consequente aumento dos preços de commodities – e os importados são manufaturas, alterando significativamente a fonte deste último, com ganho da participação chinesa no comércio bilateral em detrimento da estadunidense. A complementaridade entre essas economias permitiu que a explosiva demanda externa por recursos naturais fosse capaz de reverter a situação de restrição no balanço de pagamentos que o Brasil e diversos países emergente viveram até o início dos anos 2000.

Dessa maneira, o que se observou foi uma expansão mundial do consumo em massa, após e a alteração dos preços relativos entre salários e manufaturas (agora produzidas em larga escala e a baixíssimos custos pela China). Os superávits na balança comercial de países sul-americanos, que superaram os déficits da conta de serviços e renda, possibilitaram não só que seus governos reduzissem suas vulnerabilidades externas a partir do aumento de suas reservas internacionais, mas também mantivesse elevados níveis de crescimento com estratégias pós-neoliberais, uma vez que os termos de troca foram alterados diante do aumento dos preços de commodities. Além disso, as políticas monetárias expansionistas dos EUA e os crescentes investimentos diretos chineses foram igualmente importantes para manter altas taxas de liquidez internacional e amenizar os problemas de restrição externa das economias em desenvolvimento. Assim, os PIBs da região cresceram, a distribuição de renda melhorou, os gastos públicos com infraestrutura se fizeram presentes e as exportações alavancaram sem riscos de desequilíbrio cambiais ou inflacionários.

Dentre os fatores que favoreceram o crescimento chinês, junto com sua transformação para uma das economias mais influentes do mundo, além da urbanização na década de 80, podem se destacar: IDEs norte-americanas e japoneses, ausência de políticas de proteção a patentes e a criação das ZEEs que funcionaram como um portão de entrada para diversas multinacionais introduzirem novas tecnologia no mercado chinês. Tudo isso permitiu que a China iniciasse sua fase de expansão e abertura comercial para o mundo ocidental – um dos muitos planos quinquenais que estavam previstos desde o início das reformas. Em 2006, as estatísticas da OMC já indicavam que o país era o terceiro maior importador e exportador, com 9% e 8% dos totais mundiais, respectivamente. Isso significou uma maior interação com o centro, mas principalmente com a periferia, de modo que os países emergentes da América latina passaram a ter seu desenvolvimento intimamente relacionado ao da China e a sanidade de suas contas externas dependentes do crescimento excepcional chinês.

4.1 Complementaridade

A ascensão chinesa durante o século XXI tem sido a principal diferença do atual superciclo das commodities para o boom que também ocorreu na década de 70, mas não se sustentou por tantos anos. Com a China aparecendo como a fábrica do mundo e oferecendo manufaturado a preços muito baixos, evitou-se a onda inflacionária que se sucedera anteriormente, quando o cenário mundial econômico era parecido – reduzidas taxas de juros norte americanas que proporcionaram a liquidez internacional, desvalorização do dólar e especulação financeira no mercado –. Isso permitiu que os preços reais de commodities também crescessem e os termos de troca de países como o Brasil (que exportam commodities) melhorassem.

São duas as vertentes que explicam de que forma o padrão de desenvolvimento chinês tem afetado o modelo de inserção de diversos países emergentes no mercado internacional: uma busca razões do lado da demanda, usando a expansão do mercado interno chinês com a urbanização que se sucedeu no país e a necessidade de fornecimento de minérios e energia a partir dos investimentos feitos em infraestrutura; e outra do lado da oferta (que já foi mencionada no capítulo 2.5), usando o descompasso entre demanda e oferta, já que a última cresceu mais lentamente nos anos 2000 do que a primeira - por questões estratégicas - favorecendo a introdução de produtores com custos marginais maiores no mercado.

Jenkins (2009) apresenta os dados que confirmam um aumento no percentual de exportações de bens primários da América Latina para a China e outro no de importações de manufaturados nesse mesmo sentido. O agravante dessa situação se demonstra com um

alarmante crescimento das taxas de exportados de alto teor ecológico entre os anos de 1995 e 2006, passando de 11.5% para 42.3%. Além disso, cabe ressaltar que os acordos bilaterais entre china e países da América do Sul tem se intensificado desde 2006, o que leva à conclusão de que tais números tendem a uma piora.

O Gráfico7 a seguir reforça o padrão que as exportações brasileiras em direção à China têm seguidos de especialização em produtos básicos, em detrimentos de industrializados, desde 2003. Ao mesmo tempo, a Tabela1 confirma esses dados, apresentando os principais produtos dessa pauta, que são todos primários.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA CHINA

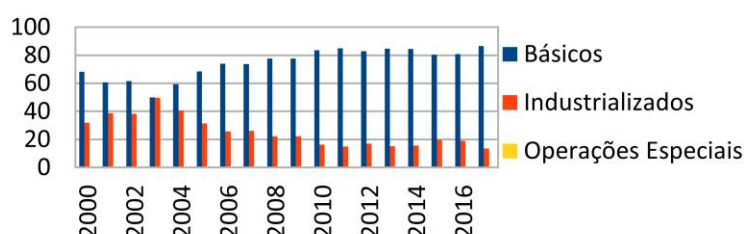


Gráfico7: Fonte: MDIC

SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA												
DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	27,52	29,56	11,12	11,62	8,55	8,77	11,73	11,02	13,17	6,37	10,38	7,81
MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	23,23	25,63	20,50	16,15	28,91	33,08	33,84	40,57	39,56	34,12	25,08	29,02
SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	20,80	21,32	40,95	44,34	20,91	37,25	28,82	24	23,17	30,2	32,46	26,35
PASTA QUIM.MADEIRA DE N°CONF.A SODA-SULFATO,SEMI/BRANQ	7,89	5,46	4,99	4,62	3,51	2,92	2,45	2,4	2,95	4,25	3,75	3,59
PEDACOS E MIUDEZAS COMEST DE GALOS GALINHAS CONGELADOS	2,02	2,01	2,45	1,71	1,28	0,96	1,2	0,95	0,71	0,18	0	

Tabela 1: Fonte: MDIC

Nas relações com o México, onde existe um modelos de montagem final de produtos para os EUA, predomina uma rivalidade industrial com a China, posto que há uma concorrência entre esses pelo mercado americano. Por essa razão, observam-se dois diferentes padrões de comércio na América Latina: um deficitário e outro superavitário. O Brasil, que se enquadra no segundo caso, tem apresentado recorrentes superávits diante da China, desde 2002, quando dezenas de acordos de cooperação e investimentos determinaram o aumento da participação chinesa nas importações (em particular, aparelhos para processamento de dados,

máquinas e equipamentos* dados da COMTRADE tirados do trabalho de Medeiros e Cintra (2015)) e exportações (soja, minério de ferro e petróleo*) totais do país.

Nesse sentido, os dados sobre a especialização do comércio entre China e Brasil talvez não fossem tão preocupantes para o país latino, se o mercado do oriental não representasse uma parcela tão relevante de sua balança comercial; o que era uma realidade antes dos anos 2000. No entanto, o estreitamento dos laços entre China e Brasil ficam evidentes no trabalho de Jenkins (2009), quando esse mostra o exponencial crescimento que importações e exportações entre as economias tiveram a partir de 2001 particularmente, ano marco em que China passou a fazer parte da OMC. Em seu capítulo sobre o caso brasileiro, por exemplo, Jenkins (2009) apresenta a evolução da posição do país asiático no ranking das exportações e importações brasileiras desde 1995 até 2007, com ele saindo de 14º para 3º nas exportações e de 12º para 2º nas importações. E, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir, tais relações têm se intensificado até os dias de hoje: com um salto da participação chinesa nas importações brasileiras de 2,19%, em 2000, para 18,12% em 2017, e de 1,97% para 21,81% nas exportações.

PARTICIPAÇÃO CHINESA NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

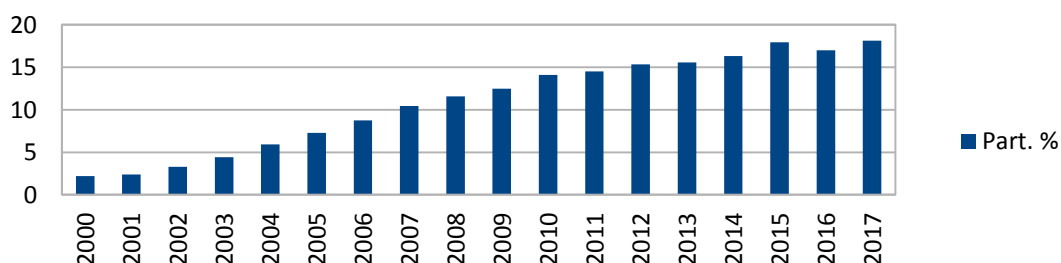


Gráfico8: Fonte: MDIC

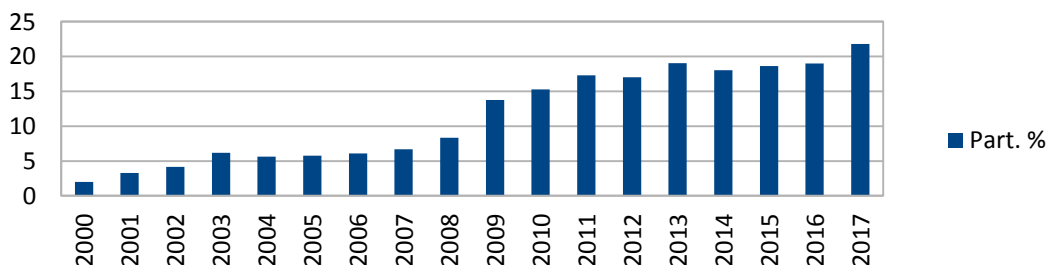


Gráfico9: Fonte MDIC

Sob essa perspectiva, os principais ataques dos novos formuladores de política econômica com relação ao que vinha sendo adotado até o século XXI na América Latina reprimem o destaque que se dá ao superávit primário, juros altos e câmbio flutuantes, pois entendem que a manutenção de um câmbio competitivo, unido as aberturas comercial e produtiva e ao controle de fluxos financeiros internacionais com foco no curto prazo, na defesa de um crescimento voltado para fora, tem se tornado um problema para países com vantagens comparativas em recursos naturais. Isso porque direciona-se o desenvolvimento interno à uma reprimarização das pautas exportadoras de suas economias, transferindo o foco de políticas industriais para políticas macroeconômicas em países que ainda não completaram suas industrializações.

Entende-se, portanto, que a resposta da China, frente à recente crise financeira global, foi determinante para ditar os rumos de sua relação com a América Latina nos últimos anos, de modo que, atualmente, ela já é o maior parceiro comercial brasileira. A recuperação do dinamismo da economia brasileira se deu ao mesmo tempo em que países centrais entravam em recessão. Isso foi possível, porque a China ascendeu como gigante exportadora de manufaturas (fábrica do mundo) e a América Latina (em especial Brasil e México) tornou-se um importante alvo para a internacionalização da economia chinesa, sendo também o destino de seus capitais e a fonte de suas importações agrícolas e minerais (apontando para um processo de reprimarização das pautas exportadoras da região).

4.2 Competitividade

Conforme já mencionado, as exportações de bens industrializados chineses têm se expandido para o Brasil e para o mundo, afetando cada vez mais o desenvolvimento das indústrias nacionais no primeiro caso. De acordo com o Gráfico10 abaixo, pode-se observar uma intensificação na participação de bens manufaturados e semimanufaturados nas importações brasileiras com origem na China, com um aumento de quase 6 pontos percentuais entre os anos de 2000 e 2017 – saindo de 91,77% para 97,57% –. Da mesma forma, a Tabela2 reafirma tal padrão ao expor os principais produtos chineses que vêm para o Brasil, os quais são todos industrializados. Dessa forma, apesar de tal relação ainda apresentar recorrentes superávits e melhora nos termos de troca brasileiros, muitos estudiosos se preocupam com as já visíveis ameaças da pressão competitiva desses produtos no mercado interno brasileiro e em terceiros mercados tradicionais (parceiros como EUA e MERCOSUL, onde o Brasil tem perdido Market Share de bens com maior valor adicionado).

EXPORTAÇÃO CHINA-BRASIL



Gráfico10: Fonte: MDIC

PRINCIPAIS PRODUTOS CHINESES IMPORTADOS PELO BRASIL (%)												
DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
OUTS.PARTES P/APARELHOS RECEPT.RADIODIF.TELEVISAO,ETC.	4	3,23	2,99	3,86	3,74	4,6	4,7	4,15	4,6	3	2,11	1,18
DISPOSITIVOS DE CRISTAIS LIQUIDOS (LCD)	0	0	0	0	0	0	0,4	0,65	1,96	2,68	4,08	4,01
OUTS.PARTS.P/APARS.D/TELEFONIA/TELEGRAFIA	4,07	4,18	4,34	4,1	3,91	2,69	1,99	1,96	1,74	2,6	4,28	5,65
TELA P/MICROCOMPUTADORES PORTATEIS,POLICROMATICA	0,69	0,62	0,72	0,81	1,12	1,29	1,37	1,32	1,59	1,5	1,41	0,79
TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	1,98	2,66	2,25	1,21	1,44	1,25	0,9	1,81	0,96	1,05	1,71	1,23

Tabela 2: Fonte: MDIC

Pereira (2014) demonstra exatamente essa perda de contribuição da América do Sul e EUA para o aumento das exportações brasileiras desde a grande recessão, com ganhos em paralelo do mercado por parte de China e UE – sendo a primeira a única a ascender no ranking de participação das quantidades totais exportadas, conforme o Gráfico11 demonstra. Atualmente a China é o maior parceiro comercial do Brasil, sendo o primeiro país nos rankings de exportação e importação.

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

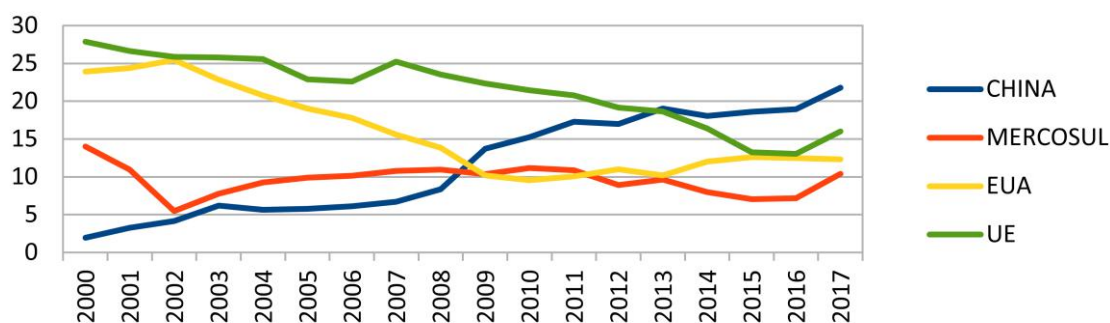


Gráfico11: Fonte: MDIC

Dentre os fatores que colaboram para a perda de competitividade brasileira no comércio exterior, Bonelli e Pinheiro (2012) destaca, além do desfavorável desempenho da

indústria de transformação, o câmbio valorizado e a competição acirrada dos produtos chineses (tanto interna, quanto em mercados terceiros), devido a seus baixos custos com mão de obra. Destacaremos agora, dessa maneira, a questão das exportações chinesas de bens industriais chineses no século XXI e como elas têm afetado o padrão de desenvolvimento do Brasil ao interromper o ciclo de crescimento do mesmo setor no país.

A crise de 2008 foi um importante marco na expansão do mercado de manufaturados chineses, pois abriu espaços para seus produtos, diante da retração dos mercados americano e europeu. Apesar disso, discutem-se também as questões negativas desse efeito China sobre o MERCOSUL; dentre eles, o direcionamento dos investimentos produtivos a bens primários e a reprimarização da pauta exportadora, além da competição de alguns bens industrializados de menor valor agregado pelos mercados do MERCOSUL. O Brasil, por ser um dos países com a pauta exportadora mais diversificada na América Latina está também entre os mais afetados pela concorrência chinesa nos mercados doméstico e terceiros (regional, com os EUA e com a União Europeia). Sobretudo, autores como Jenkins (2009) e Pereira (2014) recordam que os efeitos negativos dessa aproximação sino americana talvez não sejam tão desprezíveis quanto alguns imaginam.

Para isso, Jenkins (2009) demonstra a partir de uma tabela como a entrada da China para a OMC em 2001 alterou o Market Share norte americano e europeu para os brasileiros - perda de 4.1% para as exportações chinesas nos EUA entre 1996 e 2001 e de 7.7% entre 2001 e 2006 -. Além disso, os acordos de livre comércio que a China tem feito com diversos países latino-americanos – Chile foi o primeiro da região, em 2006 - também tem sido uma ameaça para as exportações de alguns manufaturados brasileiros em direção à América do Sul. Lia, por sua vez, faz uma análise mais detalhada da relação entre os parceiros locais e apresenta como o Brasil perdeu participação no total de importações de quase todos os países até 2011, à exceção da Venezuela – onde os ganhos percentuais chineses ainda foram mais expressivos. A Argentina, por exemplo, que mantém historicamente estreitos laços com o Brasil e faz parte de seu mercado comum alterou a distribuição de suas importações de produtos brasileiros de 31,4%, em 2002-2003, para 28,6%, em 2011, enquanto elevou em quase 10 pontos percentuais a de produtos chineses, no mesmo período. Pode-se concluir, portanto, que houve um ganho relativo de espaço dos importados chineses nos mercados da América do Sul e que, parte desses ganhos correspondeu a uma perda no comércio com os próprios vizinhos.

Os dados de Jenkins (2009) demonstram ainda que a perda percentual de Market Share brasileiro em relação à China na área do Euro27 no período entre 2000 e 2007 para bens de capital foi de 157,6%, mostrando como a posição ascendente chinesa no comércio mundial

tem desestimulado a indústria brasileira também do lado das exportações. Na relação com os EUA, essa perda foi ainda pior, de 844.1%. O que contrasta, em um primeiro momento, com a realidade exibida no trabalho de Lia, onde a participação das exportações brasileiras para o mercado norte-americano se mantiveram relativamente estáveis (em torno de 1,4%) até 2011, mas mais adiante a autora explica que tal preservação só se sustentou às custas de um aumento nas vendas de commodities – óleos brutos e petróleo, majoritariamente –, de modo que pode-se sim considerar que houve uma piora na competitividade de nossas exportações e há, mais uma vez, a evidência de um processo de reprimarização de nossa pauta influenciado pelo efeito China.

Assim, as principais preocupações dos especialistas são que tais pressões competitivas reduzam a capacidade do Brasil de gerar renda e emprego em setores produtivos que não o primário, posto que o país tem perdido espaço nos mercados internacional e nacional de bens manufaturados e isso pode afetar decisões domésticas de investimentos em indústrias, fazendo com que ele retroceda no caminho do desenvolvimento e desperdice os ganhos de externalidades e elasticidade renda que essas poderiam fornecer.

5. CONCLUSÃO

A partir dos dados expostos até aqui, pode-se concluir, portanto, que já existem evidências de um processo de desindustrialização em andamento no Brasil; principalmente pelas perdas relativas de participação de nossas indústrias de transformação no PIB e no emprego totais, as quais tiveram início ao final do século XXI e se intensificaram ainda mais com a recessão mundial de 2009. O presente trabalho buscou, dessa forma, ressaltar duas das principais causas que podem explicar os motivos de tal fenômeno e têm sido amplamente discutidas entre estudiosos do meio: o Modelo Liberal Periférico e o Efeito China.

Nesse sentido, viu-se que o padrão de inserção no comércio internacional adotado pelo Brasil e outros países emergentes durante a década de 90, influenciados pela onda neoliberal que se espalhava pelo mundo como uma solução para os alarmantes indicadores de desigualdade, colocaram tais economias em posição de dependência com relação às políticas adotadas no Centro, de modo a reduzir a diversidade de suas pautas exportadoras em direção à especialização de produtos de baixo valor agregado que, além de tornar o país mais vulnerável a variações no mercado externo, ainda tem inibido o progresso de indústrias de transformação, essenciais para a continuidade do desenvolvimento econômico. Destacam-se, então, a sobrevalorização do Real e as altas taxa de juros como possíveis fontes do problema, uma vez que reduzem a competitividade de nossas indústrias e, conseqüentemente, as inversões sobre elas.

Ademais, a intensificação das relações comerciais com a China nas últimas décadas também tem estimulado a alteração em políticas econômicas, cujos impactos sobre nossas indústrias de transformação são cada vez mais negativos. Sob tal perspectiva, destacaram-se os efeitos da complementaridade (impulsionada por um mercado consumidor em expansão) e da competitividade dos bens comercializados com o país asiático. Ambos impactos, embora tenham trazido benefícios quantitativos à balança comercial brasileira, como a melhora nos termos de troca, têm gerado preocupações, em razão de suas implicações sobre a perda de espaço de produtos industrializados brasileiros em mercados internos e terceiros.

Como foi apresentado, do lado do efeito demanda a pressão gerada pela urbanização chinesa garantiu uma persistente alta nos preços internacionais de commodities, e a sequela disso em países emergentes tem sido um ganho relativo de participação desses produtos na pauta exportadora, em detrimento de manufaturados. Em paralelo, o efeito da oferta dos bens industrializados produzidos a baixos custos na China reduziu significativamente o market

share dos mesmos bens produzidos pelo Brasil em mercados nos EUA, na UE e até em parceiros históricos locais como a Argentina.

Dessa forma, o presente trabalho conclui que a melhor estratégia para alteração dos rumos que a desindustrialização tem tomado no país seria medidas fortes e protecionistas do Estado com relação aos produtos industriais que mais sofrem com a competição do mercado chinês, bem como a retomada de políticas de incentivo às indústrias de transformação até que haja uma recuperação dos investimentos no setor. Concomitante a isso, vê-se imprescindível a adoção de políticas que melhorem a distribuição de renda e, assim, reduzam a desigualdade do país para que este seja capaz de atingir níveis mais elevados de renda per capita e indicadores suficientemente satisfatórios para entrar na nova fase de desenvolvimento de retração natural do setor secundário, assim como fizeram os países desenvolvidos.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. “O complicado debate sobre desindustrialização”. (2012.a). Boletim Radar, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, n.21. Bimestral. Agosto/2016.
- BLACK, C. “Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000.”. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v.42, n.3, p. 27-44, 2015.
- BONELLI, R.; PINHEIRO, A. C. “Competitividade e desempenho indústria: além do câmbio.”. Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas, Nov./2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento”. Escola de Economia, São Paulo, Jun./2011.
- BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. "Doença Holandesa e Desindustrialização". Valor Econômico, Nov./2009.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. “Existe doença holandesa no Brasil?”. Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, D. “Um estado novo desenvolvimentista na América Latina?”. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 3 (46), p. 811-829, Dez./2012.
- CANO, W. “A desindustrialização no Brasil”. Textos para discussão. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, nº 200, janeiro de 2012.
- DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. “Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”. ABDI e IPEA, v.1, p 15-52, Brasília, 2014.
- GONÇALVES, R. “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, No. 31, p. 5-30, Fev./2012.
- GONÇALVES, R. “Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado”. In: Revista Serviço Social & Sociedade. 112, p. 637-671. São Paulo: Out./Dez. 2012.
- JENKINS, R.; PETERS, E. D. “China and Latin America: Economic relations in the twenty-first century.”. Studies/Deutsches Institut fur Entwicklungspolitik (DIE), p.1-20 e 159-224 Bonn, Cidade do México, 2009.
- LIMA, M. G.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. “Comércio internacional e competitividade do Brasil: um estudo comparativo utilizando a metodologia Constant Market Share para o período 2000-2011”. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 433-448, Ago/2015.
- MEDEIROS, C. A. “China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática”. Revista de Economia Política, v. 26, 2006.
- MEDEIROS, C. A.; Cintra, M. R. V. P. “Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos”. Rev. Econ. Polit., v.35 no.1, São Paulo, Jan./Mar., 2015
- MOREIRA, C. A. L.; BORBA, R. V. P. “Modelo liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro”. Revista econômica do Nordeste, v. 47, p. 167, 2016.
- NASSIF, A. “Há Evidências de Desindustrialização no Brasil?”. Revista de Economia Política, Vol. 28, N.1, 2008.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, p. 219-232, Abr./Jun. 2010.
- PALMA, J. G. “Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa”. Trabalho apresentado no Centro Cultural da FIESP, p.1-22, Ago./2005.

- PAULANI, L. M. “A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história”. Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília, IPEA, 2012.
- PEREIRA, L. V. “O efeito China nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do constant market share”. Texto para discussão, IPEA. Brasília, Ago/2014.
- RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPECON). “Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB”. Mai/2005.
- RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPECON). “Indicadores Econômicos da Indústria de Transformação e dos Setores do Sindicato”. SIMEFRE. Jul/2016 .
- RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPECON). “Panorama da Indústria de Transformação Brasileira”. 14ª Edição, Última atualização, p.6-25, Jun/2017.
- SERRANO, F. “A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais.”. OIKOS, Rio de Janeiro, vol.12, n,2, Jul./2013.
- SILVA, J. A. “A questão da desindustrialização no Brasil”. Revista Economia & Tecnologia (RET), Rio de Janeiro, Volume 10, Número 1, p. 45-75, Jan/Mar 2014.
- SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. “Revisitando o conceito de Desindustrialização”. Oikos, Rio de Janeiro, v. 13, p. 57-73, 2014.
- SILVA, J. A.; OLIVEIRA, L. R. A. “A desindustrialização e o capital especulativo na economia brasileira”. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 45-60, 2016.
- SQUEFF, G. C. “Desindustrialização em debate: aspectos teóricos e alguns fatos estilizados da economia brasileira.”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Radar, n.21, Set/2012.